



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011

(do Sr. Fernando Francischini)

Requer que seja convocado o Exmo. Sr. CARLOS LUPI, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para expor acerca das denúncias de irregularidades em convênios com Organizações Não Governamentais – ONG's por sua pasta.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Sr. CARLOS LUPI, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para expor acerca das denúncias de irregularidades em convênios com Organizações Não Governamentais – ONG's por sua pasta.

JUSTIFICAÇÃO

Mais uma vez o Governo entra em colapso por seus gestores. Dessa vez o envolvido é o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, pasta comandada por Carlos Lupi, do PDT.

Notícias indicam suposto desvio de verbas públicas por contratos celebrados com Organizações Não Governamentais – ONG's, dessa vez envolvendo outro Ministério. Se já não bastassem os diversos escândalos envolvendo Ministros do Governo da Presidente Dilma Roussef, que vem passando diversas turbulências desde seu início, mais um entra no rol de escândalos do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

governo. Alguns Ministros já caíram, e parece que não para por aí, haja vista que a cada dia mais um escândalo vem à tona.

Veja matéria publicada no sitio do *IG*, cujo título é **“Ministério do Trabalho entra em escândalo do Esporte”**. Veja íntegra da matéria:

Ministério do Trabalho entra em escândalo do Esporte

Testemunha contra ONGs do Esporte diz que entregou dinheiro a entidade conveniada com Ministério do Trabalho

Severino Motta e Adriano Ceolin, iG Brasília | 26/10/2011 08:00

Uma das testemunhas do inquérito que investiga fraudes no Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, Geraldo Nascimento, envolveu o nome de outra ONG no desvio de recursos públicos. Numa gravação a qual o *iG* teve acesso ele diz que a Confederação Nacional dos Evangélicos (Conae), que assinou um convênio com o Ministério do Trabalho, também participou do esquema.

Geraldo, que fez um acordo de delação premiada com a Justiça, disse que era o responsável por sacar o dinheiro conseguido com o uso de notas fiscais de empresas de fachada. Numa ocasião, afirmou que coletou recursos e foi até Goiânia deixar dinheiro com representantes da Conae.

“Eu só ia na última reunião, ia na licitação, ganhava a licitação e (depois) só ia no dia de sacar. Agente não entregava nenhum produto”, disse. “A Conae tem em Goiânia também. Inclusive, esses dias para trás, fui sacar em Goiânia. Sacar dinheiro para o pessoal da Conae”, completou.

A Conae, que firmou contrato de R\$ 663,2 mil com uma empresa em nome de Geraldo, a JG Alimentos Preparados, negou qualquer irregularidade e disse que recebeu os “lanches” que foram comprados da companhia.



Foto: Adriano Ceolin, iG Brasília

No endereço da entidade *iG* não encontrou representantes da Conae



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

De acordo com o reverendo Hélio César Araújo Júnior, presidente da entidade, todos os R\$ 3,3 milhões recebidos do governo em 2008 foram aplicados no programa para capacitar 1850 jovens para o mercado de trabalho.

“Nós recebemos os lanches (da JG Alimentos), tenho prova dos lanches entregues para os alunos, material fotográfico com os jovens (...) Esse nome (Geraldo) eu ouvi falar pois ele era o responsável em receber, as vezes ele fazia a entrega dos lanches, era a pessoa que a gente fazia os pedidos, mas ouvir falar no nome dele não significa que ele me devolveu recurso, de maneira nenhuma”, disse.

No inquérito que investiga o programa Segundo Tempo, que está no Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público (MP) alega que a empresa JG Alimentos Preparados foi criada somente para a prática de atos criminosos, “notadamente (para) o fornecimento de notas fiscais inidôneas – ‘frias’ - para serem utilizadas na comprovação do suposto cumprimento dos objetos dos Convênios”.

Ainda de acordo com o MP, a JG está no nome de Geraldo, mas, na prática, é de Miguel Santos Souza, que operava uma série de empresas de fachada que emitiram notas para as ONG's do PM João Dias “sem que estas correspondessem à efetiva entrega dos produtos nelas descritos”.

O contrato entre a JG e a Conae ainda foi objeto de processo no Tribunal de Contas da União (TCU). No acórdão 3866/2009, os ministros pedem que o Ministério do Trabalho, ao avaliar a prestação final de contas da entidade, “apure a ocorrência de duplicidade na contratação de lanches”.

A Conae, para atender os alunos do programa, contratou duas associações para ministrar aulas. Elas eram obrigadas a fornecer o lanche dos jovens. Mas, mesmo assim, existiu o contrato com a JG Alimentos.

A assessoria do Ministério do Trabalho informou ao iG que algumas “inconsistências” foram encontradas na documentação de contas da Conae. A Confederação teria enviado material para esclarecer os erros apontados e a prestação de contas ainda está sob análise do Ministério.

Sede

Apesar da entidade ser de Goiânia e constar em seu site que a prestação dos serviços se deram no Estado de Goiás, o convênio firmado com o Ministério do Trabalho cita o envio de recursos para um escritório da Conae em Brasília.

A reportagem esteve no endereço que consta no CNPJ da Conae no Ministério da Fazenda e não localizou a entidade. O administrador do prédio, Luís do Couto, cuja família cuida do imóvel desde 1965, disse que “essa empresa não existe” no local.

Sobre isso, o reverendo disse que o local é um “condomínio de outras salas” e que o representante da Confederação não fica muito no local pois está sempre “correndo atrás de projetos”. Mas que, se a reportagem agendar um horário, será recebida por um membro da entidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

O Ministro Carlos Lupi está agora sendo pressionado pelo Planalto, assim é o que diz a matéria assinada pelos jornalista Adriano Coelin e Severino Motta. Veja abaixo matéria publicada em 08 de novembro do corrente:

Pressionado por Planalto, Lupi tenta sobrevida no PDT

Ministro do Trabalho enfrenta divergências internas, mas ainda detém apoio da maioria dos integrantes da bancada

Adriano Coelin e Severino Motta, iG Brasília | 08/11/2011 08:00



Foto: AE [Ampliar](#)

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi

Enquanto é [cobrado](#) pelo Palácio do Planalto sobre as denúncias na pasta do Trabalho, o ministro Carlos Lupi tenta demonstrar que tem apoio da bancada do PDT na Câmara para ganhar uma sobrevida no cargo pelo menos até janeiro.

Além do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral), a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, cobrou explicações de Lupi no domingo. [Desde o dia 26, o iG tem publicado reportagens mostrando irregularidades em convênios com ONGs na pasta.](#)

Nesta segunda-feira, o caso de Lupi foi discutido na reunião de coordenação de governo. A presidenta [Dilma Rousseff](#) voltou a demonstrar irritação com o ministro do Trabalho. Ela esperava trocá-lo em janeiro. Agora, já avalia ter de substituí-lo se houver novas denúncias.

A irritação com Lupi é antiga. Começou quando ele publicou portaria obrigando empresas a implementar o uso de ponto eletrônico para registro da jornada de trabalho. A medida provocou reação de empresários, que procuraram o Planalto e o Congresso para reclamar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Os problemas no Ministério do Trabalho

A situação piorou quando chegou ao Planalto a informação de que assessores de Lupi estavam causando dificuldades para aprovar prestação de contas de ONGs no Trabalho. Parte das recentes denúncias já era esperada pelo núcleo entorno da presidenta.

Reunião da bancada

Apesar das divergências no PDT, Lupi ainda detém o apoio da maioria dos integrantes da bancada do partido na Câmara. Segundo o **iG** apurou, dos 26 deputados 18 devem ficar ao lado de Lupi, que é também presidente nacional licenciado do partido. Se conseguir ficar no ministério até janeiro, ele deve pedir demissão da pasta para retomar suas funções plenas como presidente da legenda.

Dentro do PDT, o maior adversário do ministro do Trabalho é o deputado Brizola Neto (PDT-RJ). Ontem à noite, ele protestou contra o horário da reunião e chamou o líder da bancada, Giovanni Queiróz, [de “moleque de recados”](#). A reportagem apurou que [o pedido do líder para investigar Lupi](#) foi combinado entre Queiróz e o ministro.

A pressão do Palácio do Planalto tem sido tão grande em cima do Ministro Carlos Lupi que chegou ao ponto da Comissão de Ética da Presidência da República abrir processo em desfavor do Ministro. Assim é o que noticiou a Revista Veja em seu site no dia 07 de novembro de 2011, em matéria que conferimos abaixo:

Escândalo no Trabalho

Comissão de Ética abre investigação contra Carlos Lupi

A relatora do caso, Marília Muricy, pedirá esclarecimentos ao ministro do Trabalho sobre irregularidades em convênios da pasta - reveladas por VEJA

Luciana Marques





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi: ele vai ter de se explicar (Agência Brasil)

A Comissão de Ética Pública da Presidência decidiu, nesta segunda-feira, abrir processo contra o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para apurar irregularidades nos convênios da pasta com organizações não-governamentais (ONGs). [Reportagem de VEJA desta](#) semana revela que caciques do PDT comandados por Lupi transformaram os órgãos de controle da pasta em instrumento de extorsão. A relatora do caso será a conselheira Marília Muricy. Ela pedirá ao ministro esclarecimentos sobre irregularidades em contratos realizados pela pasta.

EXCLUSIVO: Alunos de programa do Trabalho recebem lanche estragado

O que diz a edição de VEJA - Conforme relatos de diretores de ONGs, parlamentares e servidores públicos, o esquema no Ministério do Trabalho funciona assim: primeiro o ministério contrata entidades para dar cursos de capacitação profissional, e depois assessores exigem propina de 5% a 15% para resolver 'pendências' que eles mesmos criam.

O Instituto Êpa, sediado no Rio Grande do Norte, foi um dos alvos do achaque. Após receber em dezembro de 2010 a segunda parcela de um convênio para a qualificação de trabalhadores no Vale do Açu, a entidade entrou na mira dos dirigentes do PDT. O ministério determinou três fiscalizações e ordenou que não fosse feito mais nenhum repasse à ONG.

Ao tentar resolver o problema, os diretores do instituto receberam o recado: poderiam regularizar rapidamente a situação da entidade pagando propina. Para tanto, deveriam entrar em contato com Weverton Rocha, então assessor especial de Lupi, ou Anderson Alexandre dos Santos, coordenador-geral de qualificação. Ambos respondiam a Marcelo Panella, então chefe de gabinete, homem de confiança do ministro e tesoureiro do PDT.

De acordo com os relatos obtidos por VEJA, Weverton era um dos responsáveis por fixar os valores da propina, e a Anderson cabia fazer o primeiro contato. Feito o acerto, o dinheiro era entregue a um emissário do grupo no Rio de Janeiro. "Você não tem defesa. Já prestou serviço e sofre a ameaça de não receber. Se o sujeito te põe contra a parede, o que você faz?", diz um dos dirigentes da ONG Oxigênio, outro alvo de achaque, que admite ter desembolsado 50 mil reais para resolver 'pendências'. "Quando você tenta resistir, sua vida vira um inferno."

O Palácio do Planalto monitora o caso. Deputados federais do próprio PDT contaram a Giles Azevedo, chefe de gabinete de Dilma, que Panella estaria cobrando propina de ONGs. Por ordem da Casa Civil, Panella foi demitido dias depois, em agosto. Panella nega. "Saí porque não me adaptei a Brasília", diz o ex-chefe de gabinete de Lupi por quatro anos. Weverton, que assumiu em outubro mandato de deputado federal, também nega. "Quando uma entidade te procura, é porque ela tem problema, mas nossa equipe sempre foi muito profissional", diz.

Escândalos em série - Em dez meses, escândalos em série já derrubaram cinco ministros de Dilma Rouseff: Antonio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes), Wagner Rossi (Agricultura), Pedro Novais (Turismo) e Orlando Silva (Esporte).



A Comissão de Ética também decidiu aplicar censura ética contra o ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci diante do aluguel de um apartamento em São Paulo. O escândalo envolvendo o aumento patrimonial do então ministro culminou em sua demissão.

Diante do retro exposto, a convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo, bem como uma elucidação isenta dos fatos ora narrados.

Sala das Sessões, em _____ de agosto de 2011

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PSDB/PR